

LA IMPORTANCIA DE LAS BECAS EN LA CONTINUACIÓN DE ESTUDIOS SUPERIORES, DEL PRIMERO PARA EL SEGUNDO CICLO

Belmiro Gil Cabrito
Universidad de Lisboa

RESUMEN

Aceptando la idea de que la universidad portuguesa continua siendo una universidad de élites (Cabrito, 2004), el objetivo de la presente comunicación es discutir el rol de las becas en la decisión de los estudiantes de continuar sus estudios superiores, del primero para el segundo ciclo de las asignaturas universitarias en el ámbito del proceso de Bolonia. El análisis se fundamenta en las respuestas a un cuestionario aplicado en diciembre de 2007 a todos los estudiantes del tercer año (último curso del primero ciclo) de la asignatura Ciencias de la Educación de la Facultad de Psicología y Ciencias de la Educación de la Universidad de Lisboa. La interpretación de las respuestas mostró que para la mayor parte de los alumnos, su principal fuente de financiación es su familia y que un gran número de alumnos solamente continúa sus estudios porque va recibir una beca.

Palabras clave: equidad; continuación de estudios; becas.

1. INTRODUÇÃO

São inúmeras as mudanças ocorridas no ensino superior, em Portugal, em consequência da adopção do disposto na Declaração de Bolonha. Assim aconteceu, nomeadamente no que respeita ao calendário escolar, à organização dos cursos e dos respectivos currículos, às práticas pedagógicas ou aos processos de avaliação. Uma das mudanças estruturais mais significativas diz respeito ao número de ciclos do curso e respectiva duração.

A fim de cumprir os objectivos de incremento da mobilidade estudantil e de comparabilidade de graus académicos no interior do espaço europeu, o ensino superior Português reorganizou-se, quer no valor de troca de cada unidade curricular e ciclo de estudos, medido em ECTS, quer na duração de cada um desses ciclos.

Assim, hoje a totalidade das instituições portuguesas de ensino superior adoptou um sistema composto por três ciclos de estudos, na fórmula 3+2+3. Actualmente, o 1º ciclo prolonga-se por 3 anos, dando lugar ao diploma de estudos graduados (em Portugal designado por *licenciatura*); o 2º ciclo com uma duração de dois anos, dando aos seus diplomados um diploma de pós-graduação (designado por *mestrado*); e um terceiro ciclo, com a duração de 3 anos que atribui o diploma de doutor (*Ph D.*). Esta fórmula de 3+2+3 anos vem substituir a sua homóloga de 4/5+3+4/5 anos que caracterizava a organização do ensino superior em Portugal, antes de Bolonha.

Estas alterações tiveram efeitos muito significativos em vários domínios, nomeadamente no financiamento público das instituições do ensino superior público, nos ciclos conducentes aos graus de *licenciado* e de *mestre*.

Efectivamente, até à implementação do disposto na Declaração de Bolonha, e em resultado de uma política educativa que pretendia vir a oferecer formação de nível graduado e pós graduado tendencialmente gratuita, o Estado Português financiava as instituições de ensino superior público a partir de uma fórmula, cuja aplicação dependia de vários factores, nomeadamente o número de alunos, o nível de qualificação do corpo docente, a qualidade do ensino, etc. Este financiamento abrangia os 4/5 anos do anterior 1º ciclo e ainda o primeiro

ano do 2º ciclo. Quer isto dizer que o Estado contribuía para o financiamento das instituições em 5/6 anos.

Após Bolonha, o Estado financia apenas o primeiro ciclo as instituições do ensino superior, isto é, três anos. Nestas circunstâncias, as poupanças do Estado Português são vultuosas, muito vantajosas num período de crise orçamental como o actual. O Estado poupa 2 ou 3 anos de financiamento directo às instituições, por cada aluno, para além dos subsídios atribuídos aos estudantes (por exemplo, subsídios para as despesas de alimentação, de transporte e de alojamento, bolsas, etc.). Esta poupança é tão significativa que já argumentei, várias vezes, acerca dos reais interesses de Bolonha, afirmando que mais do que educativos, os objectivos deste processo são, fundamentalmente, financeiros (Cabrito, 2005; Cabrito e Cerdeira, 2008).

Naturalmente, esta poupança do Estado reflecte-se negativamente na própria saúde financeira das instituições de ensino superior público, cujo maior financiador, e apesar dos cortes orçamentais que vêm a registar-se desde os finais da década de 1990, ainda é o Estado. Deste modo, as instituições de ensino superior que já estavam com graves problemas financeiros nos últimos anos, devido à forte política de contenção da despesa pública para cumprimento dos objectivos de convergência da UE (basta ver que hoje o contributo do Estado para o financiamento das universidades já não atinge os 85% das despesas de funcionamento, quando esse valor se situava próximo dos 100% na década anterior), vivem actualmente situações de quase agonia.

Para minorar as consequências negativas desta crise financeira, as instituições de ensino superior têm de aumentar a suas receitas próprias, as quais são constituídas pelos resultados de vendas de serviços à comunidade, pelas receitas de programas e de projectos e, fundamentalmente, pelos direitos de matrícula e de frequência que os estudantes pagam, desde 1992 e que são crescentes.

Ora, num país com grandes assimetrias económicas e sociais (INE), onde a frequência de ensino superior não chega a atingir 20% dos jovens da coorte 18-23 e onde o nível de equidade de acesso ao ensino superior é bastante fraco (Cabrito, 2002), os elevados valores de propinas poderão pôr em causa a procura de ensino superior, em especial no ensino pós graduado, e muito particularmente pelos jovens oriundos das classes menos ricas. Esta é uma situação que contraria o direito de todos à educação (tendencialmente gratuita em qualquer nível de ensino, como preceitua a Constituição da República Portuguesa), que impede a necessária democratização da educação e dificulta o desejável aumento da população qualificada, indispensável para o desenvolvimento do país.

Nestas circunstâncias, torna-se imperioso perceber a importância que os benefícios financeiros atribuídos pelo Estado aos estudantes mais carenciados podem desempenhar na continuação dos seus estudos.

2. METODOLOGIA E OBJECTO DE ESTUDO

Partindo do pressuposto de que a universidade portuguesa ainda é uma universidade de elites (Cabrito, 2004), nesta comunicação pretende-se, então, discutir o papel que as bolsas de estudo desempenham na decisão dos estudantes em continuarem estudos do 1º para o 2º ciclo do ensino superior no quadro do processo de Bolonha.

O presente artigo apresenta alguns dos resultados relativos, em termos metodológicos, a um estudo de caso (Bogdan e Biklen, 1994): os estudantes que frequentam o último ano da licenciatura em Ciências da Educação na Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade de Lisboa, no ano lectivo de 2007-2008.

A investigação assentou num questionário aplicado, em Dezembro de 2007, a todos os estudantes do 3º ano desta licenciatura, num total de 42 estudantes. Eram dois os objectivos fundamentais: conhecer as fontes de financiamento dos estudantes; e, compreender a importância da bolsa de estudos para o prosseguimento de estudos, do 1º para o 2º ciclo.

A análise das respostas mostrou que a família constitui a principal fonte de financiamento da maior parte dos alunos, como se verificava na década passada (Cabrito, 2002) e que um grande número de estudantes só continua de um para outro ciclo porque irá receber uma bolsa.

Obviamente, e como é próprio dos estudos de caso, os resultados não são generalizáveis, antes representam uma realidade específica e singular que se estudou de forma aprofundada.

3. APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS DADOS

Em seguida, e tendo por guião as questões colocadas no questionário, faz-se a caracterização dos estudantes e inquiridos e apresentam-se as suas opiniões e dificuldades para continuarem a estudar após a obtenção do diploma de *licenciatura*.

a) Género

Em termos de género o universo era constituído por 33 mulheres e 9 homens, situação que retrata a tendência crescente de feminização do ensino superior em Portugal. De facto, a taxa de feminização da universidade portuguesa situa-se por volta dos 60%, atingindo um percentual ainda maior nas áreas de Ciências Sociais e Humanas.

b) Distribuição etária:

Em seguida caracterizaram-se os estudantes inquiridos em termos etários, facto que nos permite perceber não só o sucesso no percurso escolar, mas também compreender a existência, ou não, de trabalhadores estudantes.

O quadro abaixo apresenta a distribuição dos inquiridos por níveis etários:

Quadro 1. Distribuição dos inquiridos por idades

Idade em anos	Número
Até 22	25
Entre 22 e 25	11
Entre 25 e 30	2
Mais de 30	4

A distribuição por idades mostra claramente uma população jovem. A maior parte dos estudantes encontra-se na coorte 21-25, como seria de esperar considerando o nível académico e uma carreira de sucesso.

O número de estudantes de idade elevadas é pequeno, facto que decorre do pequeno número de estudantes trabalhadores.

c) Situação face ao trabalho

Inquiridos sobre a sua situação face ao trabalho, apenas 5 dos 42 estudantes inquiridos declararam exercer uma actividade profissional.

Quadro 2. Situação face ao trabalho

Situação	Número	%
É trabalhador estudante	5	12
É apenas estudante	37	88

Das respostas dadas conclui-se que 88% dos inquiridos são estudantes a tempo inteiro, situação “corrente” em Portugal como aliás o estudo efectuado para uma amostra significativa dos estudantes universitários portugueses que se encontravam na universidade em 1995 por Cabrito (2002) demonstrava. Esta situação enquadra-se, aliás, na tradição europeia.

d) Despesa média mensal com a frequência do ensino superior:

Questionados acerca dos gastos que realizam para poderem frequentar o ensino superior, os inquiridos referiram que gastavam mensalmente as despesas constantes no quadro abaixo:

Quadro 3. Despesa média mensal realizada pelos estudantes

Despesas em euros	Número de estudantes
0-100€	4
101-200 €	15
201-300 €	13
< 301 €	9
Não respondeu	1

De salientar que 66.7% dos inquiridos afirma gastar entre 100 e 300 euros por mês, facto que pesa bastante, certamente, no orçamento das famílias portuguesas, se atendermos ao elevado número de bolseiros existente no quadro do ensino superior (Cabrito, 2002).

e) Despesas

De seguida, perguntava-se, em resposta aberta, acerca das despesas realizadas. Ora, a análise de conteúdo desta questão revelou que as despesas enunciadas se enquadram no conjunto dos custos de educação referidos por Johnstone (1986) Oroval Planas (1982) e Cabrito (2002). Estes autores remetem para um conjunto de custos/despesas que correspondem aos custos directos com a educação (livros e material didáctico, matrículas, propinas) e indirectos (despesas que os jovens fazem e que são custos deles ou dos agregados familiares que não existiriam se estivessem perante situações de trabalho). O quadro 4 indica-nos, então, o peso de cada parcela de despesa nas despesas totais:

De referir que o percentual das diversas rubricas se enquadra nos resultados do estudo de Cabrito já assinalado, bem como nas análises da OCDE.

Quadro 4. Parcelas de despesa decorrentes da situação de estudante

Rubricas	Valor médio, em euros	Percentagem
Material didáctico e internet	40	28.5
Matrícula e propinas	23	16.4
Alimentação	35	25.0
Transportes	32	22.9
Alojamento	6	4.3
Outras (lazer)	4	2.9
Total	140	100.0

f) O que pensa fazer após a licenciatura

Sobre o que pensam realizar finda a licenciatura, percebe-se que para os inquiridos a continuação dos estudos é objectivo fundamental e generalizado. Todavia, esta intenção é acompanhada pela expectativa de trabalhar para custear as despesas, em 60% dos inquiridos. O quadro 5 exprime as intenções dos inquiridos após este ciclo de estudos:

Quadro 5. Intenções futuras

O que pensa fazer após a licenciatura	Número	%
Continuar para o 2º ciclo	6	14.3
Continuar para o 2º ciclo e trabalhar	25	59.5
Ir trabalhar	4	9.5
Mudar de área científica	1	2.4
Não respondeu	6	14.3
Total	42	100.0

g) Por que razão continuam estudos

De seguida os estudantes foram questionados acerca das razões por que desejam continuar estudos. Cada inquirido podia escolher mais do que uma resposta. Veja-se o quadro 6:

Quadro 6. Por que razões continuam a estudar

Razões	Número	%
Inserção no mercado	18	21.4
Especialização	4	4.8
Estatuto profissional	7	8.3
Necessidade de valorização académica após Bolonha	25	29.8
Suprir insuficiências após Bolonha	8	9.5
Complemento de qualificações académicas	19	22.6
Realização pessoal	3	3.6
Total	84	100.0

Esta questão era de resposta aberta. Os inquiridos podiam expressar qual ou quais as razões por que tencionam continuar a estudar. A análise de conteúdo das respostas abertas permite afirmar que existe uma percepção global da insuficiência dos estudos de 1º ciclo após as adaptações exigidas por Bolonha, seja para a aquisição de conhecimentos seja para o desenvolvimento de capacidades que permitam a inserção qualificada no mercado de trabalho.

h) Fontes de financiamento

Na questão seguinte, era perguntado aos inquiridos sobre como irão custear as despesas de educação no segundo ciclo. As respostas são apresentadas no quadro 7:

Quadro 7. Fontes de financiamento

Fontes	Número	%
Trabalho a tempo inteiro	12	38.7
Bolsa de estudos	4	12.9
Trabalho em partime	2	6.5
Família	12	38.7
Empréstimo bancário	1	3.2
Total	31	100.0

É curioso referir o papel determinante que, para os inquiridos, os rendimentos do trabalho e as famílias irão desempenhar na continuação de estudos. Interessante é, também, o mais baixo papel que a bolsa irá desempenhar, para o que concorre certamente a expectativa de arranjar um trabalho. Finalmente, observe-se a função residual do crédito.

i) Papel das bolsas para a continuação dos estudos

De seguida, os estudantes foram inquiridos directamente sobre o papel que os benefícios sociais (bolsas e subsídios de alojamento) irão desempenhar para a continuação de estudos. Neste caso, o papel dos benefícios indiciam uma realidade a ter em conta pelos estudantes, para poderem prosseguir estudos. Observe-se o quadro 8:

Quadro 8. Papel das bolsas e subsídios de alojamento na continuação de estudos

Papel	Número	%
Indispensável	18	42.9
Importante, mas não indispensável	11	26.2
Dispensável	13	30.9
Total	42	100.0

Assim, os diversos subsídios são considerados importantes e mesmo indispensáveis para a maior parte dos estudantes (69%), facto previsível tendo em atenção a actual situação dos inquiridos face ao recebimento desses subsídios. Observe-se, no quadro 9, a situação social dos inquiridos no corrente ano lectivo.

Quadro 9. Que subsídios recebem no corrente ano lectivo

Recebe	Número	%
Bolsa de estudos	26	62.0
Subsídio de alojamento	8	19.0
Nada	8	19.0
Total	42	100.0

Portanto, dos 42 estudantes inquiridos apenas 8 não recebem qualquer tipo de apoio social, em virtude de não necessitarem, o que explica o papel que os subsídios sociais desempenham para a continuação de estudos de uma grande parte dos inquiridos.

j) Síntese dos dados

A análise dos dados permite retirar algumas conclusões relativamente à situação actual e perspectivas futuras dos estudantes inquiridos. Deste modo, pode verificar-se que:

- a população é maioritariamente feminina e jovem;
- as principais despesas são em material didáctico, transportes e alimentação;
- uma boa parte dos inquiridos recebe subsídios financeiros no ano lectivo corrente;
- em geral crêem que o nível e a qualidade do diploma de graduação diminuiu após Bolonha, pelo que sentem necessidade de continuar estudos para complementar qualificações e aumentar a sua possibilidade de inserção no mercado de trabalho;
- a maioria espera arranjar e/ou manter um trabalho para poder continuar a estudar;
- obter uma bolsa é importante e mesmo indispensável para continuar a estudar.

4. NOTAS FINAIS

Obviamente, com este estudo não se pode, nem era esse o objectivo, retirar conclusões para o universo dos estudantes universitários portugueses acerca das suas posições face a Bolonha e face ao emprego. Todavia, não se pode escamotear o facto de as conclusões deste estudo virem suportar algumas das premissas de trabalho do investigador, formuladas a partir da sua experiência enquanto profissional do ensino, de mais de 30 anos, e das conclusões que retirou do estudo que realizou com uma amostra significativa dos estudantes universitários portugueses em 2000, acerca da “condição estudante”. Esse estudo revelou, também: a feminização da população universitária e a sua juventude; o enorme esforço financeiro que é exigido aos estudantes e/ou respectivas famílias com a frequência do ensino superior; o elevado número de bolseiros; a natureza residual do crédito; a importância das bolsas para a continuação de estudos.

Ora, o presente estudo vem dar resultados que se inserem, em absoluto, naquelas conclusões, permitindo, de certo modo, pensar que não terão ocorrido alterações significativas nas condições de vida dos estudantes em Portugal nos últimos dez anos.

O presente estudo alerta, entretanto, para duas situações que a serem gerais são altamente gravosas: o facto de a inexistência de apoios financeiros por parte do Estado aos

indivíduos inviabiliza, em certos casos, a continuação de estudos; o facto de os estudantes considerarem que o primeiro ciclo não é suficiente nem em termos de conhecimentos adquiridos nem de capacidades desenvolvidas para o seu desenvolvimento pessoal e para a sua inserção no mercado de trabalho, situação que indicia para o facto de que, pelo menos neste momento, as alterações de Bolonha serem perspectivadas negativamente.

Em conclusão, é possível afirmar que as reformas decorrentes da adopção da Declaração de Bolonha não só não contribuirão para a melhoria do ensino superior, em Portugal, como implicarão uma situação ainda menos equitativa do que aquela que caracteriza o ainda elitista ensino superior português.

5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BOGDAN, R. & BIKLEN, S. (1994). *Investigação Qualitativa em Educação: introdução à teoria e aos métodos*. Porto: Porto Editora.
- CABRITO B. (2002). *O Financiamento do Ensino Superior*. Lisboa: Educa.
- CABRITO, B. (2004). Higher education, an education for the elites? The Portuguese case. *Higher Education in Europe*, vol. XXIX, nº 1, April 2004, pp. 33-46.
- CABRITO, B. (2005). El proceso de Bolonia: desarrollo de las poblaciones o la respuesta a los imprevistos económicos. *Actas das XIV Jornadas de la Asociación de la Economía de la Educación*. [Diez, M., Veiga, M. e Perez, M. (coords.)]. Oviedo: Universidad de Oviedo, pp. 451-462.
- CABRITO, B. e CERDEIRA, L. (2008). The Bologna Process and the Privatization of Higher Education. In *International Technology, Education and Development Conference – INTED2008 Proceedings*. [Gómez Chova, L., Martí Belenguer, D. e Candel Torres., eds.]. Valencia: INTED, s/p.
- INE Instituto Nacional de Estatística (vários anos).
- JOHNSTONE, D. (1986). *Sharing the Costs of Higher Education*. Nova Iorque: College Entrance Examination Board.
- OCDE publicações *Education at a Glance e Policy Analysis* (vários anos).
- OROVAL PLANAS, E. & MOLTO GARCIA, T. (1984). *Costes y rendimientos en la Enseñanza Superior*. Barcelona: Universitat de Barcelona, Institut de Ciències de l'Educació.